

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SP URBANISMO – SÃO PAULO URBANISMO

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho – Representante Titular

2. SEHAB – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Antonio Rodrigues Martins – Representante Titular

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Osana Luz Novais Moreira – Representante Suplente

4. SP/JÁ – SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

José Williams Diniz Monteiro – Representante Titular

5. FAU USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Maria Lúcia Refinetti R. Martins – Representante Suplente

6. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Juarez Eduardo de Andrade Fortes – Representante Suplente

7. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Cibele Martins Sampaio – Representante Suplente

8. SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

Eduardo Della Manna – Representante Suplente

9. ASSOSSIAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELAS

João das Virgens da Silva – Representante Titular

Maria de Lourdes Ribeiro – Representante Suplente

10. UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Gerônimo Henrique Neto – Representante Titular

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

FÁBIO TEIZO – SP. URBANISMO – CHG

VLADIMIR AVILA – SP URBANISMO DGF/GOU

ROSA MARIA MIRALDO – SP URBANISMO-DDF

THIAGO BARBIZAN – SEHAB/HABI –G

MARIA AUGUSTA SANCHES – SECRETARIA DE FINANÇAS

CAROLINA MARTINEZ DOS SANTOS – SÃO PAULO OBRAS

RICARDO PEREIRA DA SILVA – SÃO PAULO OBRAS

DANIELLA RODRIGUES – GEOTEC

ROSANA NOVAES COELHO – CET

DANIELLA LUCAS RICHARDS BRONZONI – RESID/ SEL

ANTONIO SAMPAIO AMARAL FILHO – VIVACOR

BRUNO NERICI – SABROVE

MARIA ALICE SANTOS BUENO - VIVACORD VILA CORDEIRO

SHEILA MENDES DO NASCIMENTO – FAVELA NOVA MINAS GERAIS/ CORRUIRAS

Às 15h15min, no auditório do 15º andar do Edifício Martinelli, **Antonio Carlos Cintra do Amaral** Diretor de Gestão e Finanças da São Paulo Urbanismo e membro titular desta empresa no Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada abriu a 31ª Reunião Ordinária, colocando em votação a ata da 30ª Reunião ocorrida em julho/2013. **Gerônimo Henrique Neto** informa não ter lido a ata, de modo que **Antonio Carlos Cintra do Amaral** sugere que a aprovação da mesma se dê no final da reunião. Foi incluída no corpo da ata a retificação solicitada pelo membro do Movimento Defenda São Paulo **Robin Hlavnicka**.

Na sequência a palavra foi passada para **Rosa Miraldo** para que apresentasse os informes atualizados dos aspectos financeiros e situação dos estoques a partir de slides que passam a ser parte integrante desta ata.

Conforme apontado nos slides, os gastos com atividades e obras relacionados a produção de HIS superam 10% do total dos recursos auferidos até o presente com a venda de CEPAC.

Rosa Miraldo informa que as unidades dos HIS Jd. Edite, Gutemberg, Iguazu e Corruínas já foram entregues. O foco atual de produção de unidades habitacionais é nos Setores Jabaquara e Americanópolis da OUC Água Espraiada, destinadas a abrigar as famílias atingidas pelas obras da Via Parque. Para tanto estão decretadas 64 áreas. Há 9 empreendimentos do CDHU a serem destinados a atender também esta demanda, em razão da passagem da Linha 17 Ouro Monotrilho pela Via Parque. Do total de áreas decretadas, as 48 áreas iniciais foram objeto de 77 ações expropriatórias (há casos de mais de um lote por área), e até o presente há 31 imissões na posse.

Antonio Rodrigues Martins, representante titular da SEHAB, segue com os informes relativos à HIS, sendo questionado por **Daniela Bronzoni**, da Secretaria de Licenciamento – SEL, acerca do protocolamento dos projetos dos HIS naquela Secretaria, no intuito de melhor poder acompanhar sua aprovação.

Carolina Martinez de SP Obras informa que o protocolo de aprovação dos projetos não é feito pela SP Obras.

Antonio Rodrigues Martins esclarece que os elementos técnicos necessários para protocolar no antigo Aprov estavam sendo finalizados com o devido acompanhamento da Gerenciadora. No entanto, em razão das alterações necessárias para adequação dos projetos ao programa federal Minha Casa Minha Vida, diante da possibilidade de aporte de recursos para execução das unidades, ainda não foi dado continuidade ao processo de aprovação;

Eduardo Della Manna, do SECOVI lembra que a questão das licenças relacionadas à produção de HIS, já foi levantada pelo SECOVI, constatando grande quantidade sem aprovação. A Municipalidade tem um dever de caráter pedagógico de aprovar seus empreendimentos.

Rosa Miraldo faz uma proposição de encaminhamento referente às 4 obras já iniciadas, no sentido de definir as pendências, finalizar os projetos e protocolar na SEL.

Antonio Rodrigues Martins informa que todos os empreendimentos da CDHU estão devidamente protocolados na SEL e em regular processo de aprovação. Voltando a abordar a questão do programa Minha Casa Minha Vida, pondera que, caso se fizesse um esforço para atender todo o regramento técnico exigido por este programa, os projetos já desenvolvidos não conseguiriam a necessária qualificação. Informa haver uma proposta para os casos onde já há projeto desenvolvido, de executar a obra com recursos da operação urbana e, posteriormente, negociar com o Ministério das Cidades o ressarcimento dos custos. Os projetos novos já seriam adequados ao programa federal Minha Casa Minha Vida. Estas alternativas contribuiriam para aumento de recursos a aplicar na produção de HIS, com menor comprometimento dos recursos da OUC Água Espraiada.

José Williams Monteiro, da SP-JA traz a informação relativa à região do Jabaquara, no tocante à resistência dos moradores quanto à implantação dos diversos empreendimentos de HIS. Relata que nos fóruns locais a população tem se manifestado dessa maneira, contando inclusive com aval

de parlamentares. Sugere a construção de outros equipamentos e indaga se há possibilidade de conciliação.

Antonio Rodrigues Martins lembra da qualidade dos projetos de HIS, e que estes empreendimentos serão muito bem inseridos no espaço urbano.

Bruno Nerici, da SABROV, sugere seja criado um site mais específico com informações sobre o assunto.

Thiago Barbizan, da SEHAB, informa que já há o HABISP, um site informativo da SEHAB que contém matéria a este respeito.

Maria Lúcia Martins, da FAUSP, lembra que há uma dificuldade com o programa Minha Casa Minha Vida relacionada ao custo das unidades, que estão saindo a um preço maior.

Antonio Carlos Cintra do Amaral pondera que o valor orçado para as obras extrapola o valor disponível, de modo que novas fontes de recursos foram buscadas. As obras do túnel foram suspensas, esta intervenção passou para “o fim da fila”; no tocante às HIS se buscou no programa Minha Casa Minha Vida a alternativa para aporte de recursos. No entanto, há algumas exigências do programa que tornam os projetos do Minha Casa Minha Vida diferente do quanto já havia sido desenvolvido em projetos. A proposta a ser acolhida pelo Ministério das Cidades é que seja negociado o empreendimento de HIS quando estiver pronto e pelo valor do Minha Casa Minha Vida.

Rosa Miraldo pondera que a situação atual do fundo de vale onde será implantado o Parque é muito ruim. Com a execução desta intervenção, a requalificação urbana será muito grande. A remoção das favelas e reassentamento das famílias em HIS na própria região é parte desse processo. Ao contrário do que se fazia antigamente, as famílias permanecerão no local. Os empreendimentos serão, no geral, de pequeno e médio porte, facilitando o trabalho de pós ocupação, conforme experiência da própria SEHAB. A prospecção de áreas na região para receber os empreendimentos habitacionais procurou evitar ao máximo atingir lotes de famílias moradoras do bairro. Não são terrenos enormes, de modo que as HIS estarão muito melhor inseridas. Prédios com 19 unidades, como o Gutemberg e Iguaçu se inserem mais facilmente do que grandes conjuntos.

João das Virgens manifesta sua indignação com a falta de interesse na qualidade de vida das pessoas, referindo-se às críticas relatadas por **José Williams Monteiro** ocorridas nos fóruns de moradores da região do Jabaquara relacionadas à implantação dos diversos empreendimentos de HIS no bairro. Relata estar no fórum de lideranças dos moradores de favelas desde 2009, e pretende tomar conhecimento de quem são os parlamentares que se manifestam contrariamente à implantação dos HIS. Reitera que sua preocupação é com as 16 favelas que serão atingidas pelas obras da Via Parque e das famílias que deverão ser removidas em razão disto. Os moradores estão pacificamente discutindo a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O fórum está brigando pelo direito das pessoas carentes que vivem em lugares que ninguém gostaria de viver. Queremos o direito à moradia, ele reitera. Também informa que o conjunto Corruíras tem apresentado problemas de vazamento. O fórum de liderança dos moradores de favela está apoiando estas reivindicações trazendo-as ao Grupo Gestor, de modo que tais problemas não aconteçam nos próximos empreendimentos. Outra questão diz respeito ao auxílio aluguel, cujo valor baixo faz com que as famílias se mudem para muito longe. Deverá solicitar reunião com a Subprefeitura do Jabaquara para saber quem são os parlamentares que não querem o HIS.

Eduardo Della Manna pergunta o que aconteceu com o conjunto Corruíras.

João das Virgens responde que há problemas de vazamento, que as famílias ficaram sem água três dias. Afirma que não estão sendo atendido pela SEHAB, e que a gerenciadora não resolveu o problema.

Eduardo Della Manna afirma que recursos para gastos com gerenciamento envolvendo HIS foi autorizado pelo Grupo Gestor, sendo portanto necessário fiscalizar o trabalho da gerenciadora.

José Williams Monteiro sugere que alguém da SEHAB acompanhe este assunto.

Rosa Miraldo lembra que existe no local escritório com funcionários da gerenciadora e de SEHAB, de modo que as solicitações têm que ser prontamente atendidas.

Antonio Carlos Cintra do Amaral entende que este escritório precisa ter contato com a Subprefeitura.

Gerônimo Henrique Neto inicia sua fala dizendo que há três anos se discute o reassentamento mas não tem unidade. Como membro da União dos Movimentos de Moradia convida **João das Virgens** para uma reunião a fim de discutir a atuação da OUCAE. A União está com proposta de fazer um grande ato para cumprir a lei. Diante da suspensão das obras do túnel, indaga qual critério dessas 4000 unidades, a partir de qual critério serão construídas. Propõe que o dinheiro que seria aplicado na construção do túnel seja investido em benefício da comunidade. Que não seja feito da forma como foram feitas as primeiras unidades. Relata que o Jardim Edite esta com problemas: o Posto de Saúde precisa de 80 funcionários, há necessidade de licitação para trocar toda parte elétrica do Posto de Saúde, são necessárias adequações na creche. Não têm condições de funcionar. Não tem gás desde janeiro, há rachaduras, as coisas estão muito mal organizadas. Lembra da questão que envolve o acordo judicial. Segundo relata, foi um projeto para novas unidades excluindo a AMA, para em seu lugar colocar um Batalhão da Polícia Militar. Pede que 54 famílias que seriam atendidas no conjunto Estevão Baião voltem para o Jardim Edite

Antonio Carlos Cintra do Amaral pondera que a justiça demora cerca de dois anos para dar imissão na posse, referindo-se ao andamento dos HIS Jabaquara, não cabendo, portanto, culpar apenas a Prefeitura. A justiça é lenta, mas entende que a Prefeitura também pode melhorar. Ninguém está parado, reitera. Lembra que tudo está sendo feito para atender as 8500 famílias cadastradas. A suspensão das obras do túnel deu o necessário equilíbrio financeiro. Esclarece que os equipamentos do Jardim Edite (UBS, Creche e Restaurante Escola) foram pagos com dinheiro da Educação e Saúde, não era uma obrigação legal da OUCAE. Quanto ao Batalhão da PM, se o Governo do Estado permitir a ocupação da área pelo Município, ela será ocupada; do contrário, a Prefeitura não pode desapropriar o Estado

Antonio Rodrigues Martins informa que o Estado não abre mão de fazer o Batalhão da PM na área de sua propriedade, mas que parte será para o Batalhão e outra parte será destinada à implantação de HIS para atender 80 famílias.

Gerônimo Henrique Neto diz que não estão respeitando o Juiz

Antonio Carlos Cintra do Amaral lembra que são assuntos que devem ser discutidos no âmbito da Justiça, e que o resultado deverá passar por um acordo. O Estado é proprietário do terreno. Quando houver o acordo entre a Prefeitura e a Promotoria, haverá definição da questão.

Gerônimo Henrique Neto passa a abordar a questão do auxílio aluguel, entendendo que seu valor deveria ser de R\$ 750,00.

Antonio Rodrigues Martins responde que quem decide acerca do valor do auxílio aluguel é o Conselho Municipal de Habitação, e que o valor deve vigorar para a cidade inteira.

Rosa Miraldo, retomando questão das aprovações dos projetos junto à SEL, entende ser fundamental que sejam encaminhadas providências necessárias para regularizar esta questão.

Daniella Bronzoni se coloca à disposição para as análises e orientações técnicas relativas à aprovação.

Rosa Miraldo solicita então à SP Obras que traga os informes relativos ao Parque Chuvisco e Prolongamento da Avenida Chucri Zaidan.

Ricardo Pereira informa que a ordem de início das obras do Parque Chuvisco já foi dada, bem como feito aditivo no contrato para fiscalização do empreendimento. Na sequência inicia apresentação de slides acerca da intervenção Prolongamento da Av. Chucri Zaidan e construção de Ponte sobre o rio Pinheiros. Ressalta que nesta reunião solicitará anuência do Grupo Gestor para a realização das obras, em atendimento a exigência formulada na Licença Ambiental de Instalação emitida pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Antonio Carlos Cintra do Amaral destaca a importância da obra para toda região, levando-se em conta os empreendimentos que participam da OUC Água Espraiada e deverão contribuir para o adensamento da região.

Ricardo Pereira passa a discorrer, com base nos slides, acerca das linhas de transporte coletivo existentes e previstas no eixo Chucri-Berrini, além da presença de linha do Metrô. Há previsão de corredor de ônibus na Av. Chucri Zaidan com faixa na esquerda que se interliga com o corredor Berrini, cuja obras já foram iniciadas. Trecho central do prolongamento da Av. Chucri Zaidan se dará em túnel por conta de edifícios consolidados na superfície que não são passíveis de desapropriação, e também para manter número de faixas da superfície. A ponte, na verdade será desdobrada em “duas pernas”: uma da Rua Itapaiúna, do outro lado do Rio Pinheiros, e outra da Rua Laguna, do lado do Brooklin. Futuramente está prevista ligação dos corredores Berrini e Faria Lima. A construção da ponte deverá aliviar o tráfego e aproximar as travessias da marginal. Nas negociações com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ao invés da proposta original que ficava mais próxima do Parque Burle Max, foi definida a construção da ponte com duas alças, conforme descrito, melhor localizada em relação ao Parque. A intervenção contemplará sistema cicloviário e integração com diferentes modais. A intervenção demandará cerca de 271 desapropriações, ainda em fase de cadastramento, cujas respectivas ações expropriatórias ainda não foram ajuizadas, e cujo valor deverá ser bastante elevado em face da região. E para evitar situações de desapropriações parciais, o projeto buscou o necessário alargamento da caixa viária sempre de um único da via. Submetido à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Instalação foi emitida trazendo consigo exigências.

Daniela Bronzoni pergunta se a rua Itapaiúna será alargada.

Carolina Martinez responde que o sistema de alças chegará apenas ao início da Itapaiúna, não demandando alargamento ao longo dessa via.

Maria Lúcia Martins – USP - pergunta se há proposta de circulação de ônibus sobre as pontes.

Ricardo Pereira responde que a estrutura das pontes permite, caso o órgão gestor de tráfego entenda necessário.

Antonio Carlos Cintra do Amaral lembra da proximidade da linha Linha 17 Ouro do Metrô, que cruzará o Rio Pinheiros na altura da Estação Morumbi da CPTM.

Abordando o rito de licenciamento de obras, **Ricardo Pereira** menciona a LAP, LAI e a LAO, que é emitida após a obra ficar concluída. E conclui informando que a etapa atual é relativa ao atendimento das exigências da LAI.

Carolina Martinez informa, com respeito às desapropriações, que os elementos técnicos já foram encaminhados a DESAP para andamento das questões que envolvem desapropriação.

Ricardo Pereira relata ao Grupo Gestor que foram feitas duas apresentações na Chácara Santo Antonio acerca deste empreendimento, tendo sido solicitado na oportunidade um quiosque para atendimento ao público. Enquanto não for implantado esse equipamento, a SP Obras disponibiliza atendimento ao público no 5º andar do Edifício onde está situada a empresa, à Praça do Patriarca, nº 96. Adicionalmente informa que a SP Obras está solicitando o TPOV junto à CET para início das obras, que se dará pela ponte Laguna. Também estão sendo conduzidas negociações com quatro órgãos, a saber, EMAE, CPTM, Eletropaulo e CTPS, visando a implantação dos pilares das pontes, uma vez que um deles deverá se situar dentro do rio. Caso não seja autorizado, haverá um atraso considerável devido ao rearranjo da estratégia de implantação da obra.

Carolina Martinez complementa a informação dizendo que parte dos pilares incide sobre o terreno do pomar urbano e parte do canteiro também estará lá, por essa razão.

Cibele Sampaio indaga acerca dos recursos para isso.

Antonio Carlos Cintra do Amaral lembra que na 23ª foram apresentadas as intervenções, incluindo o túnel do Prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho, e constatou-se que faltavam recursos. Voltando a contar com os recursos que seriam aplicados na execução do referido túnel, cujas obras foram suspensas por determinação do Prefeito, ainda assim faltam alguns recursos, mas lembra também que nestes cálculos estão incluídas as obras das Vias Locais do Brooklin. Reconhece que, na última reunião deste Grupo Gestor foi combinado que faríamos nova reunião com as associações do Brooklin. Mas tendo em vista o interesse do Secretário em participar, e diante da agenda tomada por compromissos que envolvem a SMDU e o novo Plano Diretor, não houve agenda possível para discutir o projeto das vias locais do Brooklin. A partir das discussões que faltam sobre o projeto, se passará a discutir a viabilização dessas obras.

Ricardo Pereira prossegue na apresentação da Intervenção Prolongamento da Av. Chucri Zaidan e Ponte sobre o Rio Pinheiros informando haver necessidade de reassentamento de 25 famílias de uma comunidade próxima à Ponte Itapaiúna. A intervenção não atinge nenhum bem tombado. Relata que as demais condicionantes da LAI incluem monitoramento e descontaminação de possíveis áreas contaminadas.

Passando a abordar outra intervenção, HIS para demanda a ser removida para implantação da Via Parque – Jabaquara, ratifica o quanto anteriormente informado acerca da construção de unidades habitacionais em áreas que já contam com imissão na posse e a proposta de posterior aquisição pela CEF dentro das regras do programa Minha Casa Minha Vida. Relata haver dificuldades no prosseguimento de algumas obras pelos consórcios vencedores da licitação de execução da Via Parque/Túnel/HIS, em razão da suspensão das obras do túnel. Mas duas empreiteiras estão de

acordo em retomar as obras. Há ainda dificuldades com os terrenos em algumas das áreas de empreendimentos de HIS, pois em áreas de vários lotes, ocorrem casos de apenas parte deles ser liberada, uma vez que as imissões na posse não ocorrem simultaneamente.

Maria Lúcia Martins observa, a partir do que está sendo feito, como essas intervenções se inserem dentro das áreas de transporte. Pergunta se foi pensado o nível de prioridade das obras do ponto de vista da área de transporte.

Antonio Carlos Cintra do Amaral passa a explicar o histórico das obras ora em execução. Lembra que a OUC Água Espraiada foi aprovada em 2001, e em 2009 foi feita a licitação para as obras de Prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho e Chucri Zaidan mais Ponte em 5 lotes: lotes 1 a 4 correspondiam à execução da Via Parque, Túnel e 4.000 moradias; o lote 5 era relativo às obras de Prolongamento da Av. Chucri Zaidan mais Ponte. A licença ambiental inicialmente emitida foi concedida para as obras da Via Parque e Túnel, e agora foi emitida a licença para o lote 5. As obras da Via Parque não ocorrem com rapidez por conta das desapropriações necessárias. O Prolongamento da Av. Chucri Zaidan terá um volume menor de desapropriações. Adicionalmente lembra também que a Licença Ambiental da operação urbana como um todo foi aprovada em 2003.

Eduardo Della Manna recorda que houve um processo muito rico envolvendo a realização de audiências públicas.

Gerôncio Henrique Neto questiona as desapropriações do Jardim Edite e a lei de melhoramento viário.

Rosa Miraldo lembra que a lei que rege a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada é de 2001, e ela trazia também o alinhamento viário proposto. Em 2011 foi aprovada a Lei 15.416 que alterou parcialmente o alinhamento viário, mas não no trecho Brooklin. Ressaltou que todos os empreendimentos têm que respeitar o alinhamento viário da lei, e que o projeto do Jd. Edite foi concebido de tal forma que sua implantação já atende o quanto exigido pela CET para as Vias Locais naquela altura. Enfatiza que a SABRON e SABROV estão acompanhando o projeto das Vias Locais do Brooklin, em desenvolvimento.

Bruno Nerici, da SABROV chama a atenção para os problemas viários, que se agigantam e são esquecidos. O espírito original da operação urbana é de requalificação urbana. Critica a postura da CET, que no seu entender quer modificar tudo apenas em função do trânsito. É preciso haver a preservação das duas coisas: o trânsito, sem, no entanto, esquecer da qualidade urbana da região.

Antonio Carlos Cintra do Amaral ressalta que o TAC da Vila Cordeiro contem regras que visam a preservação dos bairros, e que apenas com a concordância dos moradores será possível a implantação das transposições, conforme defendida pela CET.

Maria Alice Santos Bueno, do VIVACOR, questiona ainda as discussões acerca das prioridades das obras, afirmando que as demais obras foram passando na frente das Vias Locais do Brooklin.

Antonio Carlos Cintra do Amaral ressalta que, sem o projeto, que no caso das Vias Locais do Brooklin está em andamento, não haverá obras.

Eduardo Della Manna agradece a apresentação pela SP Obras da intervenção “Prolongamento da Av. Chucri Zaidan e Ponte sobre Rio Pinheiros” e ressalta a importância dessa obra, bem como das Vias Locais do Brooklin e as demandas relacionadas com HIS, mas afirma que não podemos

prever a continuidade das obras relacionadas a HIS. Esta operação urbana, que é de terceira geração, evoluiu significativamente. Houve ganho urbanístico e ambiental. É a primeira operação urbana que tem um projeto urbanístico. As vias locais foram concebidas pelo arquiteto Paulo Bastos, foi ele quem as propôs inicialmente. É um sucesso financeiro, há muito recurso disponível, mas não podemos esquecer que o poder público é pródigo na estimativa de receitas e menos pródigo na estimativa de despesas. Não havia o túnel de três quilômetros originalmente, mas um pequeno túnel de 400m. O custo desse túnel não foi computado nas estimativas iniciais. Não existia também como assumida a despesa com o repasse de recursos para o Monotrilho como está ocorrendo, a partir dos convênios feitos com o Metrô. Solicita ter acesso aos convênios firmados com o Metrô para ver quais são as contrapartidas. Deixa manifesta sua preocupação com os recursos que estão sendo gastos além do previsto. Ressalta que não podemos contar com recursos orçamentários. O Prefeito já sinalizou que a cidade perdeu sua capacidade de investimento em virtude da dívida do Município.

Antonio Carlos Cintra do Amaral explica que foram assinados dois convênios com o Metrô já há 5 anos. Eles previam aporte de até R\$ 500 milhões para obras do Metrô no perímetro da OUC Água Espraiada. Lembra que obras que seriam de nossa responsabilidade passaram para o Metrô, como o Viaduto Santo Amaro. O convênio com a Prefeitura está sendo renegociado, pois no instrumento até então vigente havia atribuições exigidas que a Prefeitura não concorda em executar. Até o presente foram repassados 334,5 milhões. Faltaria passar 165,5 milhões. Ressalta que os valores transferidos para a conta do Metro só podem ser movimentados mediante apresentação de medições de obras e serviços comprovadamente executados no perímetro da OUC Água Espraiada.

Bruno Nerici da SABROVE indaga se os empreendimentos participantes da operação urbana contribuem com algum tipo de melhoria.

Antonio Carlos Cintra do Amaral responde que aqueles que demandam algum tipo de contrapartida, como os pólos geradores de tráfego, devem contribuir.

Eduardo Della Manna ressalta que o setor imobiliário foi o único que entrou com recursos e que a Prefeitura precisa fazer a sua parte.

Antonio Carlos Cintra do Amaral lembra que as intervenções demandam uma série de providências a partir da entrada do maior volume de recursos, que se deu em 2012: promover licitações, obter licenças, desapropriar, e assim por diante. Todas estas atividades foram iniciadas e não pararam.

Antonio Rodrigues Martins também esclarece acerca das contrapartidas do Metrô, como no caso da passagem da linha 17 pela Via Parque, onde serão atingidas muitas famílias que fazem parte da demanda original da operação urbana. O Metrô deverá arcar com o atendimento do auxílio aluguel, pagando a despesa. Em parceria com o CDHU, deverá também promover parte das HIS. Com aporte de recursos oriundo do Programa Casa Paulista, há estimativa de R\$ 20mil por UH, resultando num total aproximado de R\$ 330 milhões.

Ricardo Pereira, voltando à intervenção da Chucri Zaidan, aponta para a seguinte questão: a ponte que ligará à outra margem do Rio Pinheiros tem uma parte fora do perímetro da operação urbana, e o órgão ambiental solicita que seja solicitada autorização ao Grupo Gestor para que a obra seja assim executada.

Antonio Carlos Cintra do Amaral coloca em votação esta questão em particular, bem como se não há objeção quanto às obras de Prolongamento da Chucri Zaidan e Ponte sobre o Rio Pinheiros.

Neste momento **Eduardo Della Manna** questiona até que ponto não haverá comprometimento da Via Parque sem a construção do túnel de ligação com a Imigrantes previsto.

Rosa Miraldo responde que, mesmo com a não construção do túnel, as vias laterais do parque, que são na verdade as Vias Locais do Jabaquara, não teriam nenhum prejuízo, posto que se destinam ao tráfego local, não havendo prejuízo do ponto de vista urbanístico. Por outro lado entende que, do ponto de vista urbanístico, as Vias Locais do Brooklin devem ser executadas antes da execução do referido túnel.

Antonio Carlos Cintra do Amaral prossegue com a votação que trouxe o seguinte resultado: dos dez representantes do Grupo Gestor presentes, oito se posicionaram a favor, havendo duas abstenções que são: FAU-USP (**Maria Lúcia Martins**) e UMM (**Gerônimo Henrique Neto**).

Na sequência, **Antonio Carlos Cintra do Amaral** submete ao Grupo Gestor a aprovação da Ata da 30ª Reunião, já com os comentários do Movimento Defenda SP – Robin Hlavnicka – devidamente incluídos. Ata aprovada, e sem outros comentários, a reunião foi encerrada às 17h50min.